

Nordon Indústrias Metalúrgicas S.A.

CNPJ 60.884.319/0001-59

Santo André - SP

Notas Explicativas às Informações Trimestrais relativas ao Trimestre findo em

30 de setembro de 2022

(Valores em Milhares de Reais)

Nota 1. Informações Gerais

A Nordon Indústrias Metalúrgicas S.A. é uma Companhia de capital aberto inscrita no C.N.P.J sob número 60.884.319/0001-59, estabelecida na Alameda Roger Adam, nº 169 – Utinga – Santo André/SP.

A companhia tem como atividade operacional preponderante a produção de bens de capital destinados ao mercado interno e externo para os setores químico, petrolífero, petroquímico, criogenia, alimentício e de bebidas. Suas atividades estão paralisadas desde o exercício de 2000 em função da inexistência de novos contratos.

Nota 2. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo.

2.1 Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral das Leis nº 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade além de normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia, e foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC requer que a Administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, os resultados reais podem divergir das respectivas estimativas. Estimativas e premissas com relação ao futuro são revistas de maneira sistemática pela Companhia e são baseadas na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Companhia, cuja autorização para sua conclusão ocorreu em 21 de outubro de 2022.

Conforme informado na nota “1” as atividades da Companhia estão paralisadas desde o exercício de 2000 em razão da inexistência de novos contratos. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas considerando a normalidade de sua continuidade operacional. Entretanto, conforme estabelece o item 4.1 do CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, a Administração reconhece que estas demonstrações financeiras, ora apresentadas, não serão modificadas em sua forma de elaboração e apresentação, em caso de eventual impossibilidade de êxito quanto à sua continuidade.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado, salvo disposição em contrário.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa “3”.

2.2 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até noventa dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.3 Instrumentos Financeiros

2.3.1 Classificação

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias:

- Ativos Financeiros

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

No caso da Companhia, nessa categoria estão incluídos unicamente os instrumentos financeiros não derivativos. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas contas de “Receitas Financeiras e Despesas Financeiras”.

A Companhia possui Caixas e Equivalentes de Caixa, nessa classificação.

- Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros. Em 30 de setembro de 2022, a Companhia não possuía ativos financeiros registrados nas demonstrações financeiras sob essa classificação.

- Empréstimos e Recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Em 30 de setembro de 2022, a Companhia possui Contas a Receber de Clientes, nessa classificação.

- Passivos Financeiros

A Companhia não mantém nem emite derivativos para fins especulativos, tampouco possui passivos detidos para negociação, nem designou quaisquer passivos financeiros.

- Outros Passivos Financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 30 de setembro de 2022, no caso da Companhia, compreendem saldos a pagar a fornecedores.

2.3.2 Reconhecimento e Mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo custo histórico, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros são, subsequentemente, contabilizados pelo custo histórico. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor de ativos financeiros são apresentados na demonstração do resultado em "Outros Ganhos/(Perdas) Líquidos" no período em que ocorrem.

2.3.3 Compensação de Instrumentos Financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4 Contas a Receber de Clientes e Créditos de Liquidação Duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de serviços no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante.

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor faturado e correspondem à aluguéis de imóveis próprios, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade da Companhia.

2.5 Investimentos

Estão demonstrados pelo custo de aquisição.

2.6 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são registrados pelo custo de aquisição ou de construção corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas que levam em conta o tempo de vida útil dos bens e foi levada ao resultado do exercício em conta de despesas operacionais. Não foi identificada evidência de perdas não recuperáveis para as contas de terrenos e edificações em relação ao valor contábil.

A Companhia, após julgamento da Administração em relação ao valor residual do ativo imobilizado, optou por manter os mesmos critérios de avaliação adotados em exercícios anteriores por considerá-lo mais justo, em face da situação econômica e financeira que vem atravessando desde a descontinuidade de suas atividades operacionais e que, qualquer acréscimo no imobilizado além de representar aumento nos custos operacionais em decorrência dos efeitos das depreciações, não representa benefício aos acionistas minoritários ou majoritários.

2.7 Contas a Pagar aos Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até as datas dos balanços.

2.8 Demais Ativos e Passivos

Os demais ativos e passivos circulantes são demonstrados aos valores conhecidos ou calculáveis, quando aplicável, atualização em base “pro-rata die”.

2.9 Provisões

As provisões de ações judiciais (trabalhista, civil e tributário) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

2.10 Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes é calculada com base nas Leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, para imposto de renda e contribuição social. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O Regime tributário da Companhia é o Lucro Real.

2.11 Apuração do Resultado e Reconhecimento da Receita

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pelo aluguel de imóveis no curso normal das atividades da Companhia.

2.12 CPC 06 (R2) / IFRS 16 Operações de Arrendamento Mercantil

O IFRS 16 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores.

Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminou a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, passando a existir um único modelo nos quais todos os arrendamentos mercantis resultam no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e um passivo de arrendamento. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, sem a exigência de reapresentação dos saldos de anos anteriores.

De acordo com a avaliação da Administração, essa norma não trouxe impacto significativo.

2.13. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidas recentemente e adotados pela Companhia

As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais da Companhia.

- Alterações no CPC 15 (R1): Definição/Combinação de negócios;
- Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência;
- Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material;
- Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro;
- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas pelo IASB e pelo CPC, descritas a seguir, ainda não estão em vigor. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor, a partir de 1º de janeiro de 2023:

- CPC 50 / IFRS 17 Contratos de Seguro
- CPC 26 / IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis

A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações financeiras, na medida que os normativos estiverem regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Nota 3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e Premissas Contábeis Críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

As premissas e estimativas significativas para demonstrações financeiras estão relacionadas a seguir:

Reconhecimento de Receita

A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pelo aluguel de imóveis no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e abatimentos.

Imposto de Renda, Contribuição Social e outros Impostos

A Companhia reconhece ativos e passivos com base na diferença entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor.

Nota 4. Gestão de Risco Financeiro

4.1 Considerações Gerais e Políticas

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de moeda e de taxa de juros, bem como de manter sua capacidade de investimentos e estratégia de crescimento. São contratadas aplicações financeiras. A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, os quais estabelecem limites e alocação de recursos em instituições financeiras.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da Companhia, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração. A Política de Aplicações Financeiras estabelecida pela Administração da companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas.

4.2 Fatores de Riscos Financeiros

As atividades da companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da companhia.

A gestão de risco é realizada pela administração da Companhia. A administração identifica, avalia e protege a mesma contra eventuais riscos financeiros. A Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Companhia, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

Risco de Mercado

Risco de Crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de créditos a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela diretoria executiva. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas unidades operacionais da Companhia e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito.

O excesso de caixa mantido pelas unidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido. A administração investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Nota 5. Caixa e Equivalentes de Caixa

	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Caixa e Bancos	8	5
	<u>8</u>	<u>5</u>

Nota 6. Contas a Receber de Clientes

	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Contas a Receber de Clientes	357	344
	<u>357</u>	<u>344</u>

Nota 7. Outros Direitos Realizáveis

	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Partes Relacionadas – Acionistas	422	427
Adiantamentos a Terceiros	390	665
Tributos a Recuperar	25	25
	<u>837</u>	<u>1.117</u>

Nota 8. Depósitos Judiciais

Os saldos dos depósitos judiciais estão demonstrados pelos valores históricos e eventuais variações serão reconhecidas no resultado do exercício em que a Companhia tiver seus pleitos deferidos.

	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Depósitos Judiciais		
Depósito Judicial Recursal (a)	90	90
PIS Faturamento (b)	7	7
INSS (b)	667	667
Contribuição Social (b)	642	642
	<u>1.406</u>	<u>1.406</u>
Depósitos Judiciais Tributários		
Funrural (c)	6.155	6.155
Incra (c)	878	878
Imposto de Renda (c)	14	14
Finsocial (c)	445	445
	<u>7.492</u>	<u>7.492</u>
	<u>8.898</u>	<u>8.898</u>

Nota:

- (a) Depósitos para garantia de processos trabalhistas com recursos judiciais de embargos à execução e agravos de petições.
- (b) São valores de impostos e contribuições que estão em processo de contestação pela Companhia.
- (c) Com o amparo de ações judiciais, foram registrados créditos fiscais resultantes dos pagamentos indevidos de impostos e contribuições. Esses créditos quando e se julgados favoráveis para a Companhia serão utilizados na compensação de valores a pagar de impostos e contribuições de mesma natureza. A classificação no Não Circulante levou em consideração a expectativa de compensação dos créditos ao longo do tempo.

Nota 9. Investimentos

	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Fiação NE do Brasil	<u>52</u>	<u>52</u>
	<u>52</u>	<u>52</u>

Nota 10. Imobilizado

Bens do ativo imobilizado foram oferecidos como garantia de ações judiciais em curso.

Imobilizado	Taxa Dep. (%)	30 de setembro de 2022			31 de dezembro de 2021		
		Custo Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Residual	Custo Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Residual
Edifícios	4%	10.778	(10.778)	-	10.778	(10.778)	-
Equip. Processamento de Dados	20%	5	(5)	-	5	(5)	-
Terrenos	-	7.245	-	7.245	7.245	-	7.245
		<u>18.028</u>	<u>(10.783)</u>	<u>7.245</u>	<u>18.028</u>	<u>(10.783)</u>	<u>7.245</u>

Não houve movimentação no período.

Nota 11. Fornecedores

A Companhia possui títulos de fornecedores registrados no passivo circulante (com prazo de vencimento em até 12 meses) representando R\$ 382, em 30 de setembro de 2022 (R\$ 448, em 31 de dezembro de 2021).

Nota 12. Obrigações Fiscais e Tributárias

	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Passivo Circulante		
IRRF a Recolher	1	1
PIS a Recolher	202	202
COFINS a Recolher	929	928
Contribuições Retidas a Recolher	3	3
INSS Retido a Recolher	2	2
IRRF Retidos Terceiros	1	1
ISS Retido a Recolher	7	7
Parcelamento ISS	201	201
INSS a Recolher	-	9
INSS	<u>4</u>	<u>2</u>
	1.350	1.356
Passivo Não Circulante		
Dívida Ativa Demais Débitos Federais	19.574	19.195
Dívida Ativa Débitos Previdenciários	28.496	28.011
ICMS	10.937	10.742
INSS a Recolher	62	59
IPTU	<u>45.818</u>	<u>45.818</u>
	104.887	103.825
	<u>106.237</u>	<u>105.181</u>

Nota Geral:

No final do exercício de 2009 a Companhia optou pelo parcelamento com base na Lei nº 11.941/09, Novo REFIS, de impostos e contribuições em atraso junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e aguardava o termo de consolidação dos débitos e a homologação do pedido para realizar a conciliação do saldo devedor e reconhecer possíveis ajustes decorrentes de redução de juros e multas moratórias e de ofício, no que couber, inclusive pelo aproveitamento de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social; bem como a utilização dos depósitos judiciais relacionados a algumas CDA's incluídas, indevidamente, no antigo REFIS. Como parte do processo de parcelamento do Novo Refis a Administração da Companhia havia autorizado seus consultores jurídicos a promover a desistência de todas as ações judiciais em curso.

Em dezembro de 2015 a Companhia foi notificada do cancelamento de sua opção pelo REFIS. De modo a refletir esse fato foram registradas nas demonstrações financeiras daquele exercício a atualização do valor integral dos débitos tributários, de acordo com informações da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Consequentemente, foi efetuada a reversão dos prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social que haviam sido utilizados na redução da dívida tributária original; bem como outros benefícios concedidos pela legislação.

Nota 13. Provisão para Contingências

A Companhia tem passivos contingentes relacionados com ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios. A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais.

Em 30 de setembro de 2022, o montante contabilizado de ações com probabilidade de perda provável representa R\$ 20.981.

	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Circulante		
Provisão Para Contingencias Trabalhistas	5.208	5.308
Provisão Para Contingencias Cível	10.620	10.620
Não Circulante		
Provisão Para Contingencias Deposito Judicial	5.153	5.153
	<u>20.981</u>	<u>21.081</u>

(a) Parcela do Circulante

Provisões constituídas para fazer frente às ações cíveis, trabalhistas e autos de infração não correspondidos por depósitos judiciais.

(b) Parcela do não circulante

Refere-se a valores provisionados e não recolhidos de impostos e contribuições que vêm sendo contestados judicialmente pela Companhia, correspondidos por depósitos judiciais conforme descrito na nota explicativa "8".

Nota 14. Debêntures

Saldo refere-se a debêntures de 3ª emissão nominativas simples com garantia flutuante não conversível em ações, com remuneração baseada na variação da TJLP acrescida de juros anuais de 3% (três por cento), registrados até a data do vencimento final, que ocorreu em fevereiro de 2003. A Administração da Companhia vem ultimando negociações deste instrumento, estando sob responsabilidade dos credores a avaliação da proposta da Administração da Companhia para sua repactuação, consistindo de alongamento de prazos e redução de juros em condições favoráveis à Organização.

Nota 15. Empréstimos de Terceiros

	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Circulante		
Inepar Administração e Participações S/A	749	739
	<u>749</u>	<u>739</u>
Não Circulante		
Inepar FEM	5.769	5.769
IESA Projetos e Montagens S.A.	2.949	2.849
Inepar S.A. Indústria e Construção	83	83
	<u>8.801</u>	<u>8.701</u>
Total Geral	<u>9.550</u>	<u>9.440</u>

Nota 16. Patrimônio Líquido**Capital Social**

O Capital Social representa montante de R\$ 107.838 composto por 6.621.487 ações ordinárias (em 31 de dezembro de 2021 eram 6.621.487) ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas.

	30 de setembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Capital Social Subscrito	107.838	107.838
	<u>107.838</u>	<u>107.838</u>

Nota 17. Prejuízos Fiscais

A Companhia possui prejuízos fiscais em montante aproximado de R\$ 187.549 (R\$ 179.513, em 2021) e base negativa de contribuição social de R\$ 204.025 (R\$ 195.989, em 2021), a serem compensados com lucros tributáveis futuros ou outras formas estabelecidas na legislação aplicável. Esses valores incluem, a reversão dos prejuízos fiscais e da base de cálculo negativa da Contribuição Social conforme mencionado na nota explicativa “12”. Em função da impossibilidade de assegurar, neste momento, a geração de resultados futuros, os correspondentes créditos fiscais não foram reconhecidos nos balanços patrimoniais dos exercícios anteriores e atual.

Nota 18. Receita Operacional Líquida

	01/jan./22 a 30/set./22	01/jan./21 a 30/set./21
Receita Operacional Bruta	1.195	1.559
Receita com Aluguéis	1.195	1.559
Deduções da Receita Operacional Bruta	(109)	(139)
Impostos e Contribuições	(109)	(139)
Receita Operacional Líquida	<u>1.086</u>	<u>1.420</u>

Nota 19. Despesas Gerais e Administrativas

	30 de setembro de 2022	30 de setembro de 2021
Despesas com Pessoal	(280)	(227)
Despesas Operacionais	(986)	(1.189)
Despesas Tributárias	(30)	(818)
	<u>(1.296)</u>	<u>(2.234)</u>

Nota 20. Despesas Financeiras

	30 de setembro 2022	30 de setembro 2021
(-) Despesas Financeiras		
Descontos Concedidos	-	(8)
Juros Tributos Estaduais	(196)	(57)
Juros Tributos Federais	(955)	(304)
Juros Pagos ou Incorridos	-	(21)
	<u>(1.151)</u>	<u>(390)</u>
Resultado Financeiro	<u>(1.151)</u>	<u>(390)</u>

Nota 21. Cobertura de Seguros (Não Auditado)

Os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas e são considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo e de responsabilidade civil.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Companhia que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Nota 22. Impactos COVID-19

Em observância ao Ofício Circular CVM/SNC/SCP nº 02/2020 de 10 de março de 2020, que trata sobre os impactos econômico-financeiro da COVID-19 nas demonstrações financeiras, a Administração avaliou os riscos e incertezas que poderiam afetar as informações demonstração financeiras ora apresentadas, sendo abaixo as principais avaliações que seguem:

Os reais impactos da pandemia ainda estão sendo mensurados, e seus efeitos colaterais são alvo de diversas medidas governamentais que tentam minimizar seus efeitos.

Do nosso lado, estamos tomando todas medidas sugeridas e impostas pelas autoridades a fim de preservar a vida e a saúde dos nossos trabalhadores.